

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A crítica

Class.: 145

Data: 06.12.85

Pg.: _____

7468 Comissão está apurando divergências indígenas

Quatro parlamentares que integram a Comissão do Índio, presidida pelo deputado federal Arlindo Tess, estão na região do alto Solimões para apurar denúncias de agressões feitas, em Brasília, tanto por representantes dos índios da etnia Tucano, quanto por representantes de não-índios. Essa informação foi prestada ontem pelo delegado regional da Funai, Sebastião Amâncio, afirmando que trata-se exclusivamente de uma questão fundiária.

Segundo o delegado, o que está ocorrendo na região não chega a ser um conflito, mas uma divergência de opiniões relacionadas com o problema fundiário que se iniciou com o processo de colonização da Amazônia há cem anos, com o próprio Estado expedindo títulos de propriedades nas áreas indígenas. "A Funai reconhece o direito dos índios e os defende, e o Estado reconhece o direito de particulares, o que precisa é encontrar uma solução para esse problema", argumentou Sebastião Amâncio.

No entanto, como a Comissão do Índio

recebeu denúncias de agressões contra o patrimônio, feitas pelos índios contra os brancos e também pelos não índios, através de representantes do Poder Executivo dos municípios da região contra os índios, os parlamentares não verificaram a veracidade das informações visitando toda a área que vai desde Santo Antônio do Içá até Marco.

Essa comissão é o órgão do Poder Legislativo que tem a competência de apurar, opinar, intervir e propor medidas. Assim, ao término da visita, cuja data é desconhecida pelo delegado da Funai, os parlamentares devem elaborar um relatório para ser entregue aos Ministérios do Interior e de Reforma e Desenvolvimento Agrário que vão deliberar se medidas necessárias para sanear a questão.

Com relação à discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, Sebastião Amâncio revelou que a Funai está participando dos debates coordenados pelo INCRA, objetivando atingir a questão das mais de 100 áreas indígenas que existem no Estado.